

1- EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2019.

1.1 - PREÂMBULO

O Município de Mercedes, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações, instituída através da Portaria nº 319/2018, torna público que se encontra aberto Processo Administrativo para **CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE MERCEDES.**

O Credenciamento é regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, pela Lei Ordinária Municipal n.º 1552, de 10 de abril de 2019.

1.2 – OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO E/OU INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, OFICIAIS OU NÃO, PARA EFETUAR A ARRECADAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE MERCEDES, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO (FATURA, TARIFA E/OU OUTROS).

1.2.1 – A documentação poderá ser apresentada ao Departamento Administração, da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555, centro, CEP 85998-000, na Cidade de Mercedes - PR, a partir da publicação do presente edital.

2 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E AQUISIÇÃO DO EDITAL:

2.1 - O Departamento de Administração prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados neste credenciamento, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, no horário das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, na Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555, centro, CEP 85998-000, na Cidade de Mercedes – PR.

2.1.1 - Alternativamente poderá o requerimento ser enviado para o e-mail compras@mercedes.pr.gov.br, correndo por conta do interessado o risco de seu efetivo recebimento pelo destinatário em tempo hábil.

2.2 - Os interessados em adquirir fotocópia deste Edital e seus anexos, poderão fazê-lo mediante recolhimento da importância de R\$ 7,17 (sete reais e dezessete centavos), junto a Tesouraria do Município de Mercedes, sendo gratuito o seu fornecimento por correio eletrônico ou por gravação em mídia removível disponibilizada pelo interessado, desde que, por este solicitado.

2.3 - Alternativamente, a critério dos interessados, o Edital poderá ser obtido, gratuitamente, através da página oficial do Município de Mercedes na internet, no endereço eletrônico www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php.

3 – DOS VALORES

3.1 – Os valores a serem pagos em face da prestação dos serviços são os seguintes:

Item	Qtd	Unidade	Produto	R\$ Unit.	R\$ Total
1	20760	unid	Documentos de Arrecadação (fatura, tarifa e/ou outros), com código de barras e prestação de contas por meio de meio eletrônico ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados. Documento a ser pago no guichê da pessoa jurídica e/ou instituição financeira.	1,15	23.874,00
2	2760	unid	Documentos de Arrecadação (fatura, tarifa e/ou outros), com código de barras e prestação de contas por meio de meio eletrônico ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados, por meio de débito automático em conta-corrente.	1,15	3.174,00

Total Geral: R\$ 27.048,00 (vinte e sete mil e quarenta e oito reais).

3.2 – O valor máximo pago pelas arrecadações será de R\$ 27.048,00 (vinte e sete mil e quarenta e oito reais). Tal montante representa a estimativa de documentos a serem arrecadados, para um período de 12 (doze) meses, levando em consideração o histórico do exercício de 2018.

3.3 - O preço pelo qual é contratado o objeto poderá sofrer reajuste na periodicidade e forma definidas no parágrafo único do art. 3º da Lei Ordinária Municipal n.º 1552, de 10 de abril de 2019, independentemente da data de assinatura do contrato de prestação de serviços.

3.4 – Os interessados poderão pleitear o credenciamento em um ou nos dois itens de modalidade de arrecadação.

3.5 - As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.009.17.512.0009.2044 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água – SEMAE.
Elemento de despesa: 33903981
Fonte de recurso: 055

4 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão requerer credenciamento as pessoas jurídicas de direito privado e/ou instituições financeiras, oficiais ou não, que comprovem aptidão para o exercício da atividade a ser contratada, apresentando os documentos constantes do item 5.

5 – HABILITAÇÃO

5.1 - As pessoas jurídicas de direito privado e/ou instituições financeiras, oficiais ou não, que tiverem interesse em credenciar-se e contratar deverão apresentar os seguintes documentos devidamente encadernados e AUTENTICADOS, ou acompanhados do original para autenticação por membro da Comissão Permanente de Licitações (salvo os documentos emitidos via internet):

I - Requerimento solicitando credenciamento junto ao Município, devidamente assinado pelo representante legal da pessoa jurídica, indicando número do CPF do mesmo e número dos itens em que pretende se credenciar;

II - Comprovante de Inscrição e de Situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

IV - Certidão de Regularidade de débitos de Tributos Estaduais;

V - Certidão de Regularidade de débitos de Tributos Municipais;

VI - Certidão de Regularidade de Situação CRF, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;

VII - Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituído pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

VIII – Alvará emitido pelo Município (devidamente válido);

IX – Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, conforme o caso (caso o contrato social não seja o consolidado, deverão ser apresentadas todas as alterações contratuais).

5.2 – Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em plena validade. Caso em algum documento não conste o prazo de validade, este será considerado válido em até 60 (sessenta) dias após a data de emissão.

5.3 - A Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, exigível para este Credenciamento, constitui documento hábil para a comprovação da regularidade fiscal da interessada.

6 – CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO, OBRIGAÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO.

6.1 – Serão credenciados tantos interessados quantos solicitem credenciamento e tenham se habilitado.

6.1.1 – A análise do atendimento das disposições do presente edital serão realizadas pela Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n.º 319/2018, que deverá retratar suas conclusões em ata e submetê-las a homologação do Chefe do Poder Executivo.

6.1.2 – É assegurado o direito de recurso, no prazo e termos previstos no art. 109 da Lei n.º 8.666/93, caso o pedido de credenciamento seja indeferido por qualquer motivo.

6.1.2.1 – O recurso poderá ser protocolado junto ao Departamento de Administração, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, na Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555, centro, CEP 85998-000, na Cidade de Mercedes – PR ou, alternativamente, enviado para o e-mail compras@mercedes.pr.gov.br, correndo por conta do interessado o risco de seu efetivo recebimento pelo destinatário em tempo hábil.

6.2 – Os serviços serão solicitados e executados de acordo com a necessidade do município e atendendo ao princípio da economicidade.

6.3 - O início dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA deverá ser imediato, logo após a assinatura do Contrato, cuja vigência será prorrogável por comum acordo entre as partes, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

6.4 - A CONTRATADA ficará responsável pela administração do recebimento da remuneração dos serviços de abastecimento de água potável prestados pelo CONTRATANTE, representados por Documento de Arrecadação (fatura, tarifa e/ou outros), com código de barras, referentes a todas as unidades consumidoras existentes no Município de Mercedes, desde que o consumidor dirija-se ao seu estabelecimento munido do respectivo documento de arrecadação.

6.4.1 - Ao proceder a arrecadação, deve a CONTRATADA atestar no corpo do documento de arrecadação, por meio de carimbo, autenticação mecânica ou impressa, o recebimento do respectivo valor, com o registro da data de sua efetivação, destacando dos documentos os comprovantes de arrecadação, os quais deverão ser cuidadosamente guardados, exceto quando se tratar de débito automática em conta-corrente.

6.4.2 - A CONTRATADA deverá conservar em seu poder os comprovantes de recebimento pelo período de 06 (seis) meses, findo o qual, poderá inutilizá-los, tomando as devidas providências para que o nome e os dados do consumidor não fiquem expostos, exceto quando se tratar de débito automático em conta-corrente.

6.4.3 – A aceitação de cheques para pagamento da remuneração a ser arrecadada é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.4.4 – A atividade de arrecadação será desenvolvida sem subordinação, vínculo de emprego ou relação de trabalho.

6.5 - A CONTRATADA não se responsabilizará pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

I. o documento de arrecadação for impróprio;

II. o documento de arrecadação vencido contenha no campo de informações complementares “NÃO RECEBER APÓS VENCIMENTO”;

III. o documento de arrecadação contiver emendas e rasuras.

6.6 - Nos casos de recebimento indevido dos documentos de arrecadação a CONTRATADA assume total e integral responsabilidade pelo repasse das diferenças dos valores recebidos a menor, acrescidos das penalidades legais a que estão sujeitas até a data do efetivo recolhimento.

6.7 - A CONTRATADA recolherá as arrecadações, de acordo com as instruções de preenchimento e cálculos emanados pelo CONTRATANTE.

6.8 - A CONTRATADA repassará o produto da arrecadação ao CONTRATANTE no 2º (segundo) dia útil após a data do recebimento.

6.8.1 - O repasse do produto de arrecadação será efetuado por meio de crédito/dépósito na conta-corrente nº 20000X, da agência n.º 4008-8, do Banco do Brasil, de acordo com o prazo estabelecido no item 6.8.

6.8.2 - A não observância do prazo estabelecido no item 6.8 implicará na obrigatoriedade de remuneração pela CONTRATADA ao CONTRATANTE com base na Taxa Referencial de Títulos Federais (Selic), calculada pela variação da mesma da data prevista para repasse após o recebimento até a data do efetivo repasse.

6.9 - A CONTRATADA disponibilizará ao CONTRATANTE, através do Departamento de Água e Esgoto, diariamente, as informações relativas a arrecadação, por meio de transmissão eletrônica ou documento impresso, informando os dados indispensáveis a identificação da Unidade Consumidora, o valor de cada documento, sua data de vencimento e o valor total arrecadado.

6.9.1 – O informe da arrecadação diária deverá ser efetuado sempre ao final do dia, ressalvado os feriados, sábados e domingos, hipótese em que deverá ser a arrecadação informada no primeiro dia útil subsequente.

6.9.2 - No caso de apresentação de inconsistência a CONTRATADA, por sua vez, deverá regularizar dentro de 24 horas após a recepção do comunicado de inconsistência.

6.9.3 – O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA software para geração e transmissão do arquivo do informe diário de arrecadação. As instituições financeiras poderão utilizar os meios tecnológicos próprios para o encaminhamento do informe de arrecadação, desde que possibilitem a identificação da Unidade Consumidora, o valor de cada documento, sua data de vencimento e o valor total arrecadado.

6.9.4 – O CONTRATANTE não se responsabilizará pelos custos do informe diário da arrecadação.

6.9.5 – O Departamento de Água e Esgoto, por intermédio de seus agentes, poderá a qualquer tempo averiguar junto à CONTRATADA os comprovantes de arrecadação em seu poder, com o fito de evitar a suspensão do fornecimento de água de Unidades Consumidoras que houverem quitado seus débitos com atraso.

6.10 - A CONTRATADA não poderá restringir o recebimento da remuneração dos serviços de abastecimento de água potável de clientes e não clientes, nem mesmo reduzir os seus horários.

6.11 - A CONTRATADA enviará o montante arrecadado correspondente à cobrança dos documentos de arrecadação ao CONTRATANTE em sua totalidade.

6.12 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições de habilitação exigidas para a sua assinatura.

6.13 - A CONTRATADA deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados.

6.14 - A CONTRATADA deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier causar ao CONTRATANTE ou aos usuários do serviço público de abastecimento de água potável, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, assegurado o direito a ampla defesa e ao contraditório em regular processo administrativo.

6.15 - O pagamento devido à CONTRATADA se fará mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao tido como base, em conta-corrente a ser devidamente informada pela mesma. As instituições financeiras que realizarem a arrecadação mediante débito automático em conta-corrente poderão descontar o valor da contraprestação do montante arrecadado, sem que isto configure atribuição de parcela da arrecadação a título de contraprestação.

6.16 - O CONTRATANTE providenciará a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos usuários dos serviços de abastecimento de água potável.

6.17 – É facultado à CONTRATADA promover a divulgação de seu posto de arrecadação, a qual, caso efetuada, correrá por sua conta e responsabilidade.

7 – PRAZO DE CONTRATAÇÃO E DA RESCISÃO.

7.1 – O credenciamento estará permanentemente aberto aos interessados.

7.2 – O contrato a ser celebrado terá o prazo de execução de até 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

7.3 - A vigência do contrato será o prazo de execução acrescido de 90 (noventa) dias. Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

7.4 – O Contrato poderá ser rescindido nos termos dos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/93.

8 - DO DESCREDENCIAMENTO E DA SUSPENSÃO

8.1 - O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, mediante notificação prévia, descredenciar a ora CONTRATADA, por interesse público, razões econômico-financeiras ou de política de gestão.

8.2 - A CONTRATADA somente poderá deixar de cumprir com o objeto do presente, se notificar ao CONTRATANTE com prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

8.3 - O CONTRATANTE poderá suspender temporariamente a execução do contrato da CONTRATADA, quando agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao Município ou aos usuários do serviço de abastecimento de água potável.

8.4 - O descredenciamento não eximirá a CONTRATADA das garantias e obrigações assumidas em relação aos objetos contratados.

9 - FISCALIZAÇÃO

9.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de exercer a fiscalização do objeto de que trata o presente credenciamento, por todos os meios que julgar pertinente.

9.1.1 - a fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os objetos contratados, não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade decorrente de culpa ou dolo no fornecimento dos objetos;

9.1.2 - ficará a CONTRATADA obrigada a supervisionar e fiscalizar seus serviços, sem prejuízo das prerrogativas do credenciador.

9.2 - A fiscalização da contratação será exercida por um representante do Departamento de Água e Esgoto, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4 - O fiscal do contrato lavrará relatório constando todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 - DAS PENALIDADES.

10.1 - Garantida a ampla defesa e o contraditório, em regular processo administrativo, estará a CONTRATADA sujeita as seguintes penalidades:

10.1.1 - Por infrações relativas ao não cumprimento do objeto, das obrigações e da forma de execução constantes deste edital, o CONTRATANTE poderá aplicar a pena de advertência e/ou a de suspensão temporária por período de até dois anos do credenciamento junto ao CONTRATANTE, bem como do direito de participar de licitação e de contratar com a Administração;

10.1.2 - Poderá ainda o CONTRATANTE emitir Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por período de até 02 (dois) anos, e/ou até que a CONTRATADA se reabilite perante a autoridade que aplicou a penalidade, mediante ressarcimento dos prejuízos causados e/ou após cumprimento das penas impostas;

10.1.3 – Em qualquer hipótese de inadimplemento contratual, poderá ser aplicada a CONTRATADA a pena de multa, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sob o valor total do contrato, que deverá ser recolhida aos cofres da Fazenda Pública Municipal em até 15 (quinze) dias da data de sua aplicação, mediante guia de recolhimento.

10.2 - As penalidades aqui previstas são autônomas, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

11 - DO PAGAMENTO

11.1 - Pela prestação dos Serviços, nos termos deste edital e do respectivo contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores estabelecidas no item 3 deste Edital.

11.2 – O pagamento devido à CONTRATADA se fará mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao tido como base, em conta-corrente a ser devidamente informada pela mesma.

11.2.1 – O Departamento de Água e Esgoto definirá o montante da contraprestação devida à CONTRATADA, com base nos informes diários de arrecadação encaminhados.

11.2.2 - As instituições financeiras que realizarem a arrecadação mediante débito automático em conta-corrente poderão descontar o valor da contraprestação do montante arrecadado, sem que isto configure atribuição de parcela da arrecadação a título de contraprestação.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

12.1 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de avaliar a qualquer época o credenciamento aqui pactuado, sob todos os aspectos, não gerando eventual denuncia do mesmo quaisquer direitos à CONTRATADA, relativos a indenização, lucros cessantes ou a qualquer outro título.

12.2 - Os casos omissos regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o artigo 55, inciso XII, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.3 – Serão incorporadas a este instrumento de credenciamento, mediante avisos de retificação, quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência.

13 - DO FORO.

13.1 - Para dirimir controvérsia decorrente deste procedimento, o Foro competente é o da Comarca de Marechal Cândido Rondon - PR, excluído qualquer outro.

Mercedes-PR, 16 de abril de 2019.

Cleci M. R. Loffi
PREFEITA

MINUTA DE CONTRATO N.º ----/2019

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA ARRECADAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MERCEDES E XXXXXXXXXXXXX

Contrato n.º xxx/2019

Identificação: xxx2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MERCEDES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.719.373/0001-23, com sede administrativa na Rua Dr. Osvaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por sua Prefeita, a Exma. Sra. Cleci Maria Rambo Loffi, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 5.107.835-7 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 886.335.359-04, residente e domiciliada na Rua Dr. Osvaldo Cruz, 425, Centro, nesta Cidade de Mercedes, Estado do Paraná.

CONTRATADA: -----, pessoa jurídica de direito privado, com sede na -----, inscrita no CNPJ/MF sob n.º -----, por seu administrador -----, portador da Cédula de Identidade RG n.º -----, inscrito no CPF/MF sob o n.º -----.

Os pactuantes, acima identificados e qualificados, pelos signatários do presente, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93, e demais legislação pertinente, pactuam entre si o presente credenciamento que terá como condições a Lei n.º 8.666/93 e as cláusulas que adiante seguem:

1 – OBJETO.

O presente CONTRATO tem por objeto o CREDENCIAMENTO da CONTRATADA, pelo CONTRATANTE, PARA EFETUAR A ARRECADAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE MERCEDES, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO (FATURA, TARIFA E/OU OUTROS).

1.1 - A CONTRATADA ficará responsável pela administração do recebimento da remuneração dos serviços de abastecimento de água potável prestados pelo CONTRATANTE, representados por Documento de Arrecadação (fatura, tarifa e/ou outros), com código de barras, referentes a todas as unidades consumidoras existentes no Município de Mercedes, desde que o consumidor dirija-se ao seu estabelecimento munido do respectivo documento de arrecadação.

1.1.1 - Ao proceder a arrecadação, deve a CONTRATADA atestar no corpo do documento de arrecadação, por meio de carimbo, autenticação mecânica ou impressa,

o recebimento do respectivo valor, com o registro da data de sua efetivação, destacando dos documentos os comprovantes de arrecadação, os quais deverão ser cuidadosamente guardados, exceto quando se tratar de débito automática em conta-corrente.

1.1.2 - A CONTRATADA deverá conservar em seu poder os comprovantes de recebimento pelo período de 06 (seis) meses, findo o qual, poderá inutilizá-los, tomando as devidas providências para que o nome e os dados do consumidor não fiquem expostos, exceto quando se tratar de débito automático em conta-corrente.

1.1.3 – A aceitação de cheques para pagamento da remuneração a ser arrecadada é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

1.1.4 – A atividade de arrecadação será desenvolvida sem subordinação, vínculo de emprego ou relação de trabalho.

1.2 - A CONTRATADA não se responsabilizará pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

I. o documento de arrecadação for impróprio;

II. o documento de arrecadação vencido contenha no campo de informações complementares “NÃO RECEBER APÓS VENCIMENTO”;

III. o documento de arrecadação contiver emendas e rasuras.

1.3 - Nos casos de recebimento indevido dos documentos de arrecadação a CONTRATADA assume total e integral responsabilidade pelo repasse das diferenças dos valores recebidos a menor, acrescidos das penalidades legais a que estão sujeitas até a data do efetivo recolhimento.

1.4 - A CONTRATADA recolherá as arrecadações, de acordo com as instruções de preenchimento e cálculos emanados pelo CONTRATANTE.

1.5 - A CONTRATADA repassará o produto da arrecadação no 2º (segundo) dia útil após a data do recebimento.

1.5.1 - O repasse do produto de arrecadação será efetuado por meio de crédito/depósito na conta-corrente nº 20000X, da agência n.º 4008-8, do Banco do Brasil, de acordo com o prazo estabelecido no item 1.5.

1.5.2 - A não observância do prazo estabelecido no item 1.5 implicará na obrigatoriedade de remuneração pela CONTRATADA ao CONTRATANTE com base

na Taxa Referencial de Títulos Federais (Selic), calculada pela variação da mesma da data prevista para repasse após o recebimento até a data do efetivo repasse.

1.6 - A CONTRATADA disponibilizará ao CONTRATANTE, através do Departamento de Água e Esgoto, diariamente, as informações relativas a arrecadação, por meio de transmissão eletrônica ou documento impresso, informando os dados indispensáveis a identificação da Unidade Consumidora, o valor de cada documento, sua data de vencimento e o valor total arrecadado.

1.6.1 – O informe da arrecadação diária deverá ser efetuado sempre ao final do dia, ressalvado os feriados, sábados e domingos, hipótese em que deverá ser a arrecadação informada no primeiro dia útil subsequente.

1.6.2 - No caso de apresentação de inconsistência a CONTRATADA, por sua vez, deverá regularizar dentro de 24 horas após a recepção do comunicado de inconsistência.

1.6.3 – O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA software para geração e transmissão do arquivo do informe diário de arrecadação. As instituições financeiras poderão utilizar os meios tecnológicos próprios para o encaminhamento do informe de arrecadação, desde que possibilitem a identificação da Unidade Consumidora, o valor de cada documento, sua data de vencimento e o valor total arrecadado.

1.6.4 – O CONTRATANTE não se responsabilizará pelos custos do informe diário da arrecadação.

1.6.5 – O Departamento de Água e Esgoto, por intermédio de seus agentes, poderá a qualquer tempo averiguar junto à CONTRATADA os comprovantes de arrecadação em seu poder, com o fito de evitar a suspensão do fornecimento de água de Unidades Consumidoras que houverem quitado seus débitos com atraso.

1.7 - A CONTRATADA não poderá restringir o recebimento da remuneração dos serviços de abastecimento de água potável de clientes e não clientes, nem mesmo reduzir os seus horários.

1.8 - A CONTRATADA enviará o montante arrecadado correspondente à cobrança dos documentos de arrecadação ao CONTRATANTE em sua totalidade.

1.9 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições de habilitação exigidas para a sua assinatura.

1.10 - A CONTRATADA deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados.

1.11 - A CONTRATADA deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier causar

ao CONTRATANTE ou aos usuários do serviço público de abastecimento de água potável, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, assegurado o direito a ampla defesa e ao contraditório em regular processo administrativo.

1.12 - O início dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA deverá ser imediato, logo após a assinatura do Contrato, cuja vigência será prorrogável por comum acordo entre as partes, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

1.13 - O pagamento devido à CONTRATADA se fará mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao tido como base, em conta-corrente a ser devidamente informada pela mesma.

1.14 - O CONTRATANTE providenciará a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos usuários dos serviços de abastecimento de água potável.

1.15 - É facultado à CONTRATADA promover a divulgação de seu posto de arrecadação, a qual, caso efetuada, correrá por sua conta e responsabilidade.

2 – VALOR.

2.1 – Os valores a serem pagos em face da prestação dos serviços são os seguintes:

Item	Qtd	Unidade	Produto	R\$ Unit.	R\$ Total
1	20760	unid	Documentos de Arrecadação (fatura, tarifa e/ou outros), com código de barras e prestação de contas por meio de meio eletrônico ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados. Documento a ser pago no guichê da pessoa jurídica e/ou instituição financeira.	1,15	23.874,00
2	2760	unid	Documentos de Arrecadação (fatura, tarifa e/ou outros), com código de barras e prestação de contas por meio de meio eletrônico ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados, por meio de débito automático em conta-corrente.	1,15	3.174,00

Total Geral: R\$ 27.048,00 (vinte e sete mil e quarenta e oito reais).

2.2 - O valor máximo pago pelas arrecadações será de R\$ 27.048,00 (vinte e sete mil e quarenta e oito reais). Tal montante representa a estimativa de documentos a serem arrecadados, para um período de 12 (doze) meses, levando em consideração o histórico do exercício de 2018.

2.3 - O preço pelo qual é contratado o objeto poderá sofrer reajuste na periodicidade e forma definidas no parágrafo único art. 3º da Lei Ordinária Municipal n.º 1552, de 10 abril de 2019, independentemente da data de assinatura do contrato de prestação de serviços.

2.4 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.009.17.512.0009.2044 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água – SEMAE.

Elemento de despesa: 33903981

Fonte de recurso: 055

3 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA.

3.1 – O presente contrato tem o prazo de execução de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

3.2 - A vigência do contrato é o prazo de execução acrescido de 90 (noventa) dias.

3.3 - Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

4 - DO DESCREDENCIAMENTO E DA SUSPENSÃO.

4.1 - O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, mediante notificação prévia, descredenciar a ora CONTRATADA, por interesse público, razões econômico-financeiras ou de política de gestão.

4.2 - A CONTRATADA somente poderá deixar de cumprir com o objeto do presente, se notificar ao CONTRATANTE com prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

4.3 - O CONTRATANTE poderá suspender temporariamente a execução do contrato da CONTRATADA, quando agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao Município ou aos usuários do serviço de abastecimento de água potável.

4.4 - O descredenciamento não eximirá a CONTRATADA das garantias e obrigações assumidas em relação aos objetos contratados.

4.5 - O Contrato poderá ser rescindido nos termos dos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/93.

4.6 - Ficam reconhecidos dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

5 – FISCALIZAÇÃO.

5.1 - O CONTRATANTE se reserva o direito de exercer a fiscalização do objeto de que trata o presente credenciamento, por todos os meios que julgar pertinente.

5.1.1 - A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os objetos contratados,

não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade decorrente de culpa ou dolo no fornecimento dos objetos.

5.1.2 - Ficará a CONTRATADA obrigada a supervisionar e fiscalizar seus serviços, sem prejuízo das prerrogativas do CONTRATANTE.

5.2 - A fiscalização da contratação será exercida por um representante do Departamento de Água e Esgoto, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

5.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6 - DAS PENALIDADES.

6.1 - Garantida a ampla defesa e o contraditório, em regular processo administrativo, estará a CONTRATADA sujeita as seguintes penalidades:

6.1.1 - Por infrações relativas ao não cumprimento do objeto, das obrigações e da forma de execução constantes deste edital, o CONTRATANTE poderá aplicar a pena de advertência e/ou a de suspensão temporária por período de até dois anos do credenciamento junto ao CONTRATANTE, bem como do direito de participar de licitação e de contratar com a Administração;

6.1.2 - Poderá ainda o CONTRATANTE emitir Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por período de até 02 (dois) anos, e/ou até que a CONTRATADA se reabilite perante a autoridade que aplicou a penalidade, mediante ressarcimento dos prejuízos causados e/ou após cumprimento das penas impostas;

6.1.3 – Em qualquer hipótese de inadimplemento contratual, poderá ser aplicada a CONTRATADA a pena de multa, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sob o valor total do contrato, que deverá ser recolhidas aos cofres da Fazenda Pública Municipal em até 15 (quinze) dias da data de sua aplicação, mediante guia de recolhimento.

6.2 - As penalidades aqui previstas são autônomas, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

7 - DO PAGAMENTO.

7.1 - Pela prestação dos Serviços, nos termos deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores estabelecidas na cláusula 2 deste instrumento.

7.2 – O pagamento devido à CONTRATADA se fará mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao tido como base, em conta-corrente a ser devidamente informada pela mesma.

7.2.1 – O Departamento de Água e Esgoto definirá o montante da contraprestação devida à CONTRATADA, com base nos informes diários de arrecadação encaminhados.

7.2.2 - A mora injustificada sujeitará o CONTRATANTE ao pagamento de correção monetária a ser calculada com base na variação do IPCA-IBGE verificada entre a data em que deveria se dar o adimplemento e a data em que efetivamente ocorreu.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de avaliar a qualquer época o credenciamento aqui pactuado, sob todos os aspectos, não gerando eventual denuncia do mesmo quaisquer direitos à CONTRATADA, relativos a indenização, lucros cessantes ou a qualquer outro título.

8.2 - Os casos omissos regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o artigo 55, inciso XII, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.3 – Serão Incorporadas a este instrumento de credenciamento, mediante termos aditivos, quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como, a prorrogação de prazos, renovação e normas gerais.

8.4 – Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, o Edital de Credenciamento n.º 1/2019 e o processo de inexigibilidade de licitação n.º **xx/2019**.

9 - DO FORO

Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR, excluído qualquer outro.

Mercedes-PR, xx de xxxxxxxx de 2019

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

CPF n.º

CPF n.º